



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL
GERÊNCIA COSTEIRA

Relatório de Gestão

Gerência Costeira

2010 - 2012

Gerência Costeira - MMA

- 2013 -

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL

PRESIDENTA

Dilma Vana Rousseff

VICE-PRESIDENTE

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MINISTRA

Izabella Mônica Vieira Teixeira

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Francisco Gaetani

SECRETÁRIO DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (SEDR)

Paulo Guilherme Francisco Cabral

DIRETOR DE ZONEAMENTO TERRITORIAL (DZT)

Adalberto Eberhard

Ficha Técnica

Organização

Flávia Cabral Pereira

Textos

Adelias Bastos

Cláudia Regina dos Santos

Flávia Cabral Pereira

Leila Affonso Swerts

Márcia Regina Lima de Oliveira

Sumário

<u>1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....</u>	<u>4</u>
<u>2 OBJETIVO.....</u>	<u>6</u>
<u>3 COMPROMISSOS 2010.....</u>	<u>7</u>
<u>4 Agenda da Gerência Costeira 2010 – 2012.....</u>	<u>12</u>
<u>4.1 Ações relacionadas com as linhas de ação do PAF-ZC</u>	<u>12</u>
<u> 4.1.1 SMC Brasil.....</u>	<u>12</u>
<u> 4.1.2 Revisão metodológica do ZEE para o planejamento integrado do território.....</u>	<u>16</u>
<u> 4.1.3 Mudanças Climáticas - Mapeamento de vulnerabilidades</u>	<u>18</u>
<u> 4.1.4 Projeto Orla</u>	<u>19</u>
<u> 4.1.5 Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.....</u>	<u>22</u>
<u> 4.1.6 Integração de Instrumentos de Planejamento local</u>	<u>23</u>
<u> 4.1.7 Agenda Ambiental Portuária</u>	<u>24</u>
<u>4.2 Outras ações estruturantes</u>	<u>25</u>
<u> 4.2.1 Lixo Marinho</u>	<u>25</u>
<u> 4.2.2 Integração da Agenda Costeira no âmbito da CIRM.....</u>	<u>26</u>
<u> 4.2.3 Seminário na Câmara dos Deputados – Gerenciamento Costeiro na Região Norte. .</u>	<u>27</u>
<u> 4.2.4 Rio+20</u>	<u>28</u>
<u>5 Colegiados</u>	<u>31</u>
<u>6 Eventos Promovidos pela Gerência Costeira.....</u>	<u>32</u>
<u>7 Recursos / Ações do PPA.....</u>	<u>32</u>
<u>8 Equipe / Inserção Institucional.....</u>	<u>34</u>
<u>9 ANEXO I: Lista de publicações digitalizadas.....</u>	<u>35</u>

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei nº 7.661/1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), tem como finalidade primordial o estabelecimento de normas gerais visando a gestão ambiental da Zona Costeira do país, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.300/2004, que agrega, entre outros, critérios para a gestão da orla marítima. De acordo com estes marcos legais, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) é responsável pela supervisão do PNGC e sua execução é feita por meio do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), cabendo ao MMA o papel de coordenador do PNGC (Figura 1).

O PNGC passou por uma revisão e a Resolução CIRM nº 5, de 3 de dezembro de 1997, aprovou o PNGC II, que encontra-se em vigor até os dias atuais. O PNGC II/1997 estabelece, estrategicamente, diretrizes comuns e articulações sistemáticas entre as políticas setoriais da própria União, em seu exercício na zona costeira. O Plano também prevê a elaboração de planos de gestão nas diferentes esferas de governo, como princípio de harmonização de políticas, via instrumentos de ordenamento ambiental territorial, entendido como processo de gestão integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas nos espaços costeiros, visando compatibilizar o aproveitamento de seus potenciais econômicos e a preservação da estrutura e função dos ecossistemas envolvidos, garantindo a qualidade de vida da população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Para este fim, destaca-se também no PNGC II a criação do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), coordenado pelo MMA e composto por representantes de 25 instituições, entre ministérios, autarquias, empresas públicas, Ministério Público, universidades, sociedade civil, estados e municípios.

O MMA, como órgão central, coordena e articula, de forma descentralizada e participativa, com os governos dos 17 estados litorâneos, que por sua vez buscam integrar suas ações com os municípios.

Gestão Costeira no Brasil



Figura 1: Arranjo Institucional do PNGC

No MMA a atribuição cabe à Gerencia Costeira que, de modo a manter o canal de conexão com os estados e buscando fomentar espaços de interlocução, tem realizado reuniões de trabalho para estruturar demandas e definir agenda comum de projetos e ações prioritárias. Assim realizaram-se em 2006 e 2007 o *I e II Workshops de Gerenciamento Costeiro*, respectivamente em Maceió/AL (2006) e em Foz do Iguaçu/PR (2007). Em 2010 foi realizado no Distrito Federal, o *III Workshop de Gerenciamento Costeiro*, tratando de *Diretrizes Técnicas, Políticas e Institucionais para o Gerenciamento Costeiro*.

Neste III Workshop, os estados fizeram um balanço das principais ações realizadas entre 2007 e 2010, avaliando o “estado da arte” do Gerenciamento Costeiro no País e medidas para seu fortalecimento. Foram discutidas propostas para as linhas 1 e 3 do Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC), respectivamente, *Ordenamento Ambiental Territorial e Controle e Monitoramento*, além das temáticas de *Comunicação, Capacitação e Informação*, e *Fortalecimento Institucional e Financeiro*. Ao final do evento, foram assumidos os seguintes compromissos entre as Coordenações Nacional e Estaduais do Gerenciamento Costeiro:

- A) No que se refere à Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST), retomar a representação do Gerenciamento Costeiro (GERCO) e concluir a realização de questionários sobre Outorga de água;
- B) Criação de uma metodologia para o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC), integrando o mesmo ao ZEE estadual;
- C) Propostas de novas instâncias: i) Fórum de secretários estaduais, tanto do meio ambiente quanto do planejamento para tratar de questões políticas associadas ao gerenciamento costeiro; ii) Comitê Científico Permanente de apoio ao Gerenciamento Costeiro; iii) Comitê Provisório de Fiscalização e iv) Grupo Técnico de Ordenamento Náutico Ambiental;

- D) Inserção do Gerenciamento Costeiro no Programa Nacional de Meio Ambiente III (PNMA III);
- E) Recuperação, reedição e digitalização das publicações do GERCO;
- F) Levantamento dos cursos e ementas relacionados ao GERCO. Nesse aspecto destaca-se a necessidade de integração com programa Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar da CIRM (PPG-MAR), o qual mantém atualizado um cadastro neste sentido.
- G) Retomar e revisar a Linha 2 do PAF – ZC no Grupo de Articulação e Integração de Gerenciamento Costeiro (GAI -GERCO) e inseri-la no próximo evento Nacional de Gerenciamento Costeiro, envolvendo os 17 Estados costeiros.
- H) Enviar o relatório do evento para os Secretários Estaduais do GERCO e para o Secretário Executivo do MMA;
- I) A partir do recebimento do relatório do evento elaborado pelo MMA, as coordenações estaduais do GERCO devem enviar suas colaborações e sugestões ao MMA em até 15 dias;
- J) Foram eleitos os Estados do Espírito Santo e da Bahia como representantes das Coordenações Estaduais do Gerenciamento Costeiro (G-17) no GI-GERCO, sendo o primeiro o titular e o segundo o suplente.

Tais compromissos avançaram em muitos aspectos, e também foram complementados, alterados e ajustados ao longo destes últimos anos, até compor a agenda atual da gerência, que será apresentada e detalhada ao longo deste documento.

2 OBJETIVO

O presente documento tem como objetivo central apresentar o relatório de gestão da Gerência Costeira no período de 2010 a 2012.

Objetivos específicos:

- Sistematizar os resultados alcançados a partir dos compromissos firmados entre as coordenações Nacional e Estaduais do GERCO no *III Workshop: Diretrizes Técnicas, Políticas e Institucionais para o Gerenciamento Costeiro*, realizado em Brasília/DF, nos dias 6 e 7 de Abril de 2010;
- Apresentar ações e atividades da Gerência Costeira.

3 COMPROMISSOS 2010

Os compromissos assumidos no Workshop de 2010 avançaram em aspectos estratégicos para a temática costeira, dentre os quais se destacam a retomada da agenda da CTCOST, a proposta de integração do ZEE Costeiro e Continental, a formalização do Comitê Científico Permanente de Apoio ao Gerco e representação do G-17, detalhados abaixo.

Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira:

A preocupação com o relacionamento entre as águas interiores e as oceânicas foi a motivação principal da criação da CTCOST, instituída pela Resolução CNRH nº 51, de 18 de julho de 2005. A relação entre esses dois elementos reveste-se de grande complexidade e demanda especial atenção dos atores envolvidos.

O principal ponto de trabalho da CTCOST tem sido a discussão de diretrizes para a integração da gestão de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro, tema amplamente relacionado ao Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos – Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as áreas úmidas.

O objetivo do Programa IX é assegurar a disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade para seu uso racional e sustentável, estruturando a integração da gestão de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro, incluindo as áreas úmidas, por meio de ações e atividades, segundo características específicas de cada uma das áreas: bacias ou zonas costeiras. Ações em espaços territoriais como as zonas costeiras, cujas peculiaridades ambientais, regionais ou tipologias de problemas relacionados à água conduzem a outro recorte, onde os limites não necessariamente coincidem com o de uma bacia hidrográfica, e que necessitam de programas que contemplem suas especificidades. As gestões descentralizadas e participativas envolvem alta capacidade de coordenação e articulação das instituições, portanto o Programa IX prevê três projetos piloto para avaliação da integração dessas estruturas, a serem implementados no Rio Grande do Sul, Alagoas e Espírito Santo e estendidos aos outros 14 estados da Zona Costeira, após monitoramento e avaliação dos resultados dos três primeiros e realização das adequações pertinentes.

Após dois anos sem se reunir, em 2012 a CTCOST retomou sua agenda de trabalho elegendo seu novo presidente e assumindo a análise do Programa IX encaminhado pela Agência Nacional de Águas (ANA). Neste ano a Gerência Costeira do Departamento do Zoneamento Territorial/MMA assumiu a representação do MMA na referida Câmara.

A proposta do Programa IX e seu detalhamento foram apreciados pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recurso Hídricos (CTPNRH) e CTCOST e posteriormente

encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL). A CTIL entendeu não possuir competência para discutir questões de mérito, encaminhando que o Programa seria precedido de uma Resolução CNRH aprovando o mesmo. O Programa IX foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos em dezembro de 2012.

No que diz respeito à realização de questionários sobre Outorga de água até o momento os Estados de CE, ES, MA, PA, PB, PR, PE, RJ, RN, RS, SC, SP e a ANA responderam o questionário faltando, ainda a resposta dos Estados AL, AP, BA, PI e SE.

Analisando as respostas dos questionários constatou-se que PB, CE, RN, RS, RJ e PE já emitem outorga enquanto que os Estados, ES, MA, PA, PR, SC e SP não emitem. Com base nestas informações foi decidido na CTCOST que em 2013 será realizado um Seminário intitulado “Outorga de uso da água em zonas costeiras e regiões estuarinas” com o objetivo de conhecer e discutir aspectos legais e operacionais de outorga da água em zonas costeiras e ambientes estuarinos no Brasil e levantar subsídios para eventual regulamentação do tema.

Oficina Nacional sobre Metodologia do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC):

A *Oficina Nacional sobre Metodologia do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro* foi realizada em dezembro de 2010 e teve como objetivo reunir e debater, com os estados localizados na Zona Costeira, propostas para a consolidação de uma metodologia para a elaboração de Zoneamento ecológico-econômico (ZEE) costeiro.

Os debates apresentaram questões norteadoras relacionadas a institucionalidade, a sua elaboração e implementação, produzindo assim subsídios para a revisão das diretrizes metodológicas do Programa ZEE Brasil. Constituiu-se como um espaço para troca de experiências entre zoneamentos costeiros em curso no país proporcionando a aproximação entre o ZEE costeiro e o ZEE continental, nos aspectos práticos e metodológicos, tanto para a elaboração quanto para a implementação de suas diretrizes.

A partir das questões norteadoras foi possível identificar os temas mais significativos orientados ao planejamento, diagnóstico e prognósticos, que servirão de subsídios à implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro. Entre eles destacam-se:

1. A necessidade do fortalecimento da participação e acompanhamento social desde a elaboração do ZEE até a sua aprovação bem como sua implementação; a forma como se dará esta participação deve ser detalhada na etapa de Planejamento;
2. Deve haver ampla discussão sobre as áreas de preservação permanente, áreas legalmente protegidas (UCs, reservas indígenas, etc.) e sua espacialização no ZEEC, levando-se em consideração a escala de trabalho.

3. A participação efetiva da sociedade civil ainda deixa a desejar;
4. Deve também haver ampla discussão de como o ZEEC e o Plano Diretor Municipal se integram;
5. Foi decidido pelo grupo que o Anexo 1 (Quadro Orientador para Obtenção do Zoneamento) do Decreto 5.300/2004, que regulamenta a Lei no 7.661/88, institui o PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, deve ser utilizado para a elaboração do diagnóstico;
6. A relação entre temas x escalas de trabalho x instrumentos ainda não está muito clara;
7. Há necessidade do fortalecimento de ações relacionadas a integração entre as esferas federal, estaduais e municipais de forma sistemática e permanente;
8. Desenvolvimento dos indicadores de monitoramento;
9. Garantir a difusão da informação;
10. Implementação de instrumentos creditícios, fiscais e tributários;
11. Inclusão de uma Ação nos PPAs Federal e Estaduais;

Os zoneamentos elaborados segundo o conjunto de diretrizes deverão subsidiar e orientar as Macrodiretrizes a serem estabelecidas para a Zona Costeira, permitindo assim um olhar compartilhado entre a União e os estados sobre as principais dinâmicas territoriais incidentes na costa.

Integração metodológica entre ZEE Costeiro e Continental:

As ações da Gerência Costeira relacionadas à integração metodológica entre ZEE costeiro e continental, têm sido acompanhadas pelo amadurecimento, no Departamento de Zoneamento Territorial, do entendimento de que o ZEE deve ser capaz de abranger todo o território brasileiro, nas suas feições, continental, costeira e marinha. Desta forma, a integração metodológica entre o ZEE costeiro e o continental está inserida no escopo de um projeto maior, de revisão das Diretrizes Metodológica do ZEE para o Território Nacional, que prevê a incorporação de novos temas. Além da questão costeira, outros temas emergentes são as mudanças climáticas, a gestão de risco, a participação social no processo de elaboração e implementação do ZEE, os serviços ecossistêmicos e o planejamento da ocupação do espaço marinho.

Comitê Científico Permanente de apoio ao GERCO:

Na 37ª Reunião do GI-GERCO, realizada em 10 de agosto de 2010, a proposta de criação do Comitê Científico do Gerenciamento Costeiro foi assunto de pauta, onde sugeriu-se que este comitê deveria estar subordinado ao GI-GERCO, como os Comitês de Articulação do PAF-ZC, sendo um sub-grupo científico de caráter permanente.

Durante os debates realizados no *V Simpósio Brasileiro de Oceanografia*, em abr/2011 na cidade Santos/SP, foi recomendada a criação de uma vaga para instituições de ensino e pesquisa no Grupo de Integração do GERCO, demanda apresentada ao colegiado na 40ª sessão do GI-Gerco, em ago/2011. O colegiado deliberou pela aprovação do pleito, ficando a indicação do titular e suplente a cargo do PPG-Mar, Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar / CIRM, mediante consulta de interesse entre seus membros. A partir da 42ª reunião do GI-Gerco, em abr/2012, passaram a participar, então, os Professores Marcus Polette, da UNIVALI, e Alexander Turra, da USP, respectivamente, titular e suplente, como representantes do setor acadêmico.

Representação dos estados (G-17) no GI-GERCO:

No Workshop de 2010 foram eleitos como representantes do G-17 os Estados do Espírito Santo e da Bahia, como titular e suplente respectivamente. Os representantes participaram de 9 reuniões, completando três anos de representação.

Sessão GI-GERCO e Data	Espírito Santo	Bahia
36ª em 08/04/2010	Pablo Merlo Prata Aline Nunes Garcia	Ausente
37ª em 10/08/2010	Ausente	Maria de Fátima Vinha de Almeida
38ª em 11/11/2010	Pablo Merlo Prata	Maria de Fátima Vinha de Almeida
39ª em 05/04/2011	Pablo Merlo Prata	Ausente
40ª em 10/08/2011	Ausente	Cláudio Mello Elisabete Oliveira de Deus
41ª em 17/11/2011	Sandra Ribeiro	Ausente
42ª em 11/04/2012	Sandra Ribeiro	Ausente
43ª em 15/08/2012	Sandra Ribeiro	Ausente
44ª em 30/10/2012	Sandra Ribeiro	Cláudio Mello Maria Silvana S. Maia

No presente momento, considera-se oportuna a revisão desta representação, permitindo que outros estados participem do Gi-Gerco. Para facilitar a interlocução entre representantes e representados, a Coordenação Nacional sugere que o G-17 seja agrupado em três setores, tais como **Norte/Nordeste**: Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará; **Nordeste**: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia; **Sul/Sudeste**: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul permitindo desta forma 3 representações.

A Coordenação Nacional realizará consulta às Coordenações Estaduais por email, com o objetivo de se indicar os novos representantes até abril de 2013, quando ocorre a próxima sessão do Gi-Gerco.

Demais Compromissos

Sobre a inserção do gerenciamento costeiro no PNMA III, o mesmo ainda não foi implementado. Projetos vêm sendo executados com recursos do PNMA II, voltados especificamente para o apoio ao licenciamento ambiental. No escopo da integração metodológica entre o ZEE costeiro e continental, a Gerência Costeira apresentou projeto visando a captação de recursos para desenvolvimento do tema, não tendo logrado aprovação.

Foi realizado um levantamento das publicações produzidas pelo Gerenciamento Costeiro e está em curso o trabalho de digitalização das mesmas, para disponibilização na internet. O Anexo I contem a lista de publicações identificadas e reunidas para serem digitalizadas.

Para além das ações nestes temas, encaminhados no Workshop de 2010, a agenda da Gerência Costeira esteve dedicada a desenvolver projetos ligados ao Plano de Ação Federal (PAF), além de outras ações estruturantes, relacionadas na sessão a seguir.

4 Agenda da Gerência Costeira 2010 – 2012

4.1 Ações relacionadas com as linhas de ação do PAF-ZC

4.1.1 *SMC Brasil*

Cerca de 60% dos eventos naturais com consequências danosas à população que atingiram o Brasil, entre 1948 a 2006, estiveram relacionados com inundações fluviais e/ou avanços do mar. Os riscos de inundação nessas regiões vinculam-se fortemente aos avanços do mar, seja em face dos fenômenos naturais e/ou induzidos, às modificações do regime de ondas incidentes e ao déficit de sedimentos que, em face da dinâmica costeira, preservam ou alteram a estabilidade da linha de costa.

A versão atual do PAF-ZC apresenta as linhas de ação para intervenção na costa brasileira, das quais destaca-se o ordenamento ambiental territorial. Tal linha está estruturada na *Instrumentalização das três esferas de governo* e na implantação do *Projeto Orla*. Entre seus objetivos específicos estão (1) a elaboração de diretrizes de uso e ocupação em escala nacional, regional e microrregional, a partir de informações e produtos de interesse para a mediação de conflitos, redução de impactos e construção de cenários alternativos de sustentabilidade, com foco na aquicultura, petróleo, turismo, indústria e expansão urbana e (2) o aperfeiçoamento dos instrumentos de padronização e compartilhamento das informações disponíveis, entre as três esferas de governo, na forma de um sistema integrado de informação para tomada de decisão, que possibilite uma melhor decisão para o licenciamento ambiental, outorga de água e cessão e autorização de usos de bens da União.

Na publicação do Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha (2009), as cartas sobre “Potencial de Risco Natural” abordam o potencial de risco à inundação, constituindo-se numa síntese de aspectos altimétricos com dados populacionais, visando avaliar graus de vulnerabilidade aos efeitos resultantes de inundações por eventos meteorológicos extremos como chuvas intensas e elevação do nível do mar, independente das causas das mesmas.

Este cenário motivou a cooperação Brasil-Espanha para executar o Projeto Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão do Litoral Brasileiro por meio do Sistema de Modelagem Costeira do Brasil (Projeto SMC-Brasil). O objetivo deste projeto é contribuir para uma melhor gestão da costa brasileira mediante: (1) o fornecimento aos responsáveis pela gestão de zonas costeiras do Brasil, de um sistema de modelagem próprio para o litoral, adequado à realidade de sua costa; (2) a formação de gestores em técnicas de proteção e gestão do litoral que facilite a tomada de decisões e (3) o fortalecimento de grupos locais de pesquisas, que permitam a curto e longo prazo gerar uma massa crítica que dê apoio regional

para uma gestão adequada da costa brasileira.

O Sistema de Modelagem Costeira (SMC) é uma ferramenta que inclui um conjunto de metodologias e modelos numéricos, que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que sofre o litoral como consequência de eventos naturais ou de atuações humanas na costa. Diante de um problema na costa, a metodologia permitirá definir que estudos devem ser desenvolvidos, que escalas espaciais e temporais devem ser utilizadas, que ferramentas numéricas devem ser aplicadas e que dados de entrada são necessários para o estudo. O SMC também inclui bases de dados de dinâmicas marinha do país (ondas, correntes, ventos, nível do mar). A ferramenta apoiará o desenvolvimento de estudos de casos reais de projetos de engenharia de costas, permitindo analisar atuações nas diferentes etapas de um estudo: diagnóstico, pré-planejamento, planejamento.

O Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para executar o Projeto “Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira”, conta com a participação do Ministério do Meio Ambiente (MMA/SEDR), Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP), Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP) Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e Universidade da Cantábria (IHC/Espanha).

O Instituto de Hidráulica da Universidade da Cantábria (IHC) tem uma ampla experiência em estudos de dinâmicas costeiras e gestão do litoral, assim como na transferência científica e tecnológica, em âmbito nacional e internacional, das ferramentas e metodologias desenvolvidas dentro do Sistema de Modelagem Costeira (SMC).

Os potenciais usuários beneficiados com o Projeto SMC-Brasil serão Prefeituras, Órgãos Estaduais e Federais no estabelecimento de parâmetros de Projeto e tomada de decisão, definição de causas de erosão etc.; empresas estatais ou privadas com atividades em zonas costeiras; curso de graduação/mestrado/doutorado; setores de turismo, energia, petróleo, esportes de areia e náuticos, aquicultura e pesca, transporte aquaviário, mineração, imobiliário e saneamento.

Comitê Executivo do SMC-Brasil

O Comitê Executivo do SMC-Brasil, aprovado na 40ª Sessão do GI-GERCO (10/08/2011), é responsável pela estruturação, manutenção e difusão da ferramenta à comunidade técnica e científica da costa brasileira. A agenda imediata do Comitê tratará das seguintes questões pertinente a esta fase do Projeto:

- (a) Banco de dados: estruturação e operação para compartilhamento de informações;
- (b) Estruturação do núcleo de pesquisa e capacitação continuada na ferramenta;
- (c) Normatização e institucionalização: política de acesso aos dados, política de acesso ao

sistema, apoio ao licenciamento, orientação para caracterização e destinação das áreas da União, próximo PPA etc.

(d) Novos módulos: identificação de áreas da união, derramamento de óleo e mudanças climáticas.

Compõem o Comitê as seguintes Instituições: Ministério do Meio Ambiente (Coordenação), Secretaria do Patrimônio da União (Coordenação), Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação, Ministério de Pesca e Aquicultura, Ministério das Cidades, Estado Maior da Armada (EMA), ANTAQ, IBAMA, SECIRM, Subgrupo das Coordenações Estaduais de Gerenciamento Costeiro – órgão ambiental do ES e Universidades (UFSC e USP).

Seminário Internacional Brasil-Espanha Sistema de Modelagem Costeira: apoio à gestão da costa brasileira

Em 2011, nos dias 10 e 11 de maio, foi realizado em Brasília o Seminário Internacional Brasil-Espanha Sistema de Modelagem Costeira: apoio à gestão da costa brasileira. O evento teve como objetivo divulgar o projeto SMC-Brasil estabelecido no âmbito da cooperação técnica internacional entre os dois países, de forma a alcançar outras instituições acadêmicas brasileiras, além das que já estão no projeto, bem como instituições públicas responsáveis pela gestão da costa no Brasil, a título de se ampliar as parcerias brasileiras e de se construir um arranjo institucional para o fomento, manutenção e difusão da ferramenta em território nacional.

O Seminário contou com cerca de 100 participantes de diversas instituições, envolvendo pesquisadores de oceanografia e gestão costeira integrada, ministérios e instituições federais membros do Gi-Gerco, estados e municípios costeiros, superintendências regionais do Patrimônio da União, entre outros.

Ao final do evento, ficou patente que o Sistema de Modelagem Costeira é uma importante iniciativa para instrumentalização da gestão integrada da costa brasileira. Avançou-se no entendimento de que o modelo se constitui em ferramenta de apoio à gestão e como tal, deve ser inserido e integrado aos arranjos da gestão costeira no Brasil. Para além do modelo propriamente dito, o banco de dados disponibilizado, representará um salto de qualidade e facilitará políticas de formação de mão de obra especializada. Entretanto, constatou-se a urgência na cessão de dados para validação e calibração do SMC-Brasil de forma a avançar nas outras etapas do projeto.

O Seminário promoveu também o debate sobre os encaminhamentos propostos no I Simpósio de Erosão (2008) relativos a pesquisa e monitoramento, obras costeiras, gestão do patrimônio da União e instrumentos de gestão ambiental.

Missão Brasileira à Universidade da Cantábria, Espanha

No segundo semestre de 2012, o Brasil enviou missão técnica à Universidade da Cantábria (Santander, Espanha) para conhecer a experiência local na gestão costeira integrada e casos de sucesso na aplicação da ferramenta Sistema de Modelagem Costeira (SMC). A atividade faz parte do escopo do Projeto “Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira”.

A missão incluiu reunião técnica e institucional com representantes da Dirección General de Sostenibilidad de la Costa y del Mar del Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino (MARM), em colaboração com o Instituto de Hidráulica da Universidade de Cantábria. Para conhecer situações de aplicação da ferramenta SMC foi realizada uma visita de campo à orla do município de Gijon onde se conheceu também a estrutura e o histórico de ampliação do Porto de Gijon. Na oportunidade, também foi realizada reunião de monitoramento e avaliação das ações executadas para o desenvolvimento da ferramenta SMC-Brasil.

A missão técnica foi composta por 35 pessoas, entre gestores, técnicos e professores universitários, sendo 18 participantes de instituições brasileiras e 17 representantes de instituições espanholas. Pelo Governo Federal, fizeram parte da comitiva representantes do MMA, SPU/MP, Ibama e professores da UFSC, UFPE e UFRN; pelos Estados participaram gestores ambientais de Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo e professor da USP; da parte espanhola, além de dirigentes, professores e técnicos do Instituto de Hidráulica de Cantábria, participaram gestores do Ministério do Meio Ambiente espanhol, além de responsáveis pelo Porto de Gijon, onde foi realizada a visita técnica.

Os resultados desta missão serão apresentados no II Seminário Internacional Brasil-Espanha: Diálogos sobre o Sistema de Modelagem Costeira, previsto para abril de 2013, em Brasília, DF, com a participação de membros da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco), do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), da Comissão do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE) e do Comitê Gestor do Fundo Clima.

Primeiro curso SMC-Brasil

O primeiro curso de Formação na Ferramenta SMC-Brasil foi realizado no Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP), entre os dias 17 e 21 de dezembro de 2012, e teve como instrutores os professores do Instituto de Hidráulica da Universidade de Cantábria (IHC). O curso foi uma ação do MMA, AECID e Instituto Ambiental Brasil Sustentável (IABS), com apoio da SPU/MP, UFSC, USP e IHC.

O objetivo do curso foi apresentar a base conceitual e disponibilizar a versão beta do SMC-Brasil, para que ao longo do desenvolvimento de estudos de caso se possa identificar ajustes e validar o modelo. Neste primeiro momento foram priorizadas as equipes das

universidades que estão atuando nos estudos de caso ou que já tenham alguma iniciativa nos temas trabalhados no Projeto SMC-Brasil, além de gestores governamentais estaduais (ES, PE, SP, RN e SC) e federais (MMA, SPU e Ibama). A expectativa é formar um núcleo de apoio para o aperfeiçoamento e validação do modelo, cujo lançamento está previsto para julho deste ano.

O SMC é uma ferramenta numérica orientada especialmente para profissionais, como Oceanógrafos e Engenheiros de Costas, desenvolverem suas atividades no âmbito costeiro. Para uma correta aplicação do SMC o usuário deve apresentar conhecimento nos processos litorâneos e em metodologias no âmbito da engenharia costeira, o que demandará do governo federal estratégias adequadas para a formação e especialização de gestores governamentais.

A formação na ferramenta SMC-Brasil é uma importante iniciativa para instrumentalização da gestão da costa brasileira, beneficiando o planejamento de ações dos governos federal, estaduais e municipais para enfrentamento de problemas causados por impactos ambientais associados a erosão, que tendem a ser agravados com ameaças decorrentes das mudanças climáticas.

4.1.2 Revisão metodológica do ZEE para o planejamento integrado do território

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE), instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, tem sido utilizado pelo poder público com projetos realizados em diversas escalas de trabalho e em frações do território nacional. Municípios, estados da federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de gestão ambiental e territorial integrada

O ZEE pretende ser uma referência para as políticas públicas e ter capacidade de oferecer soluções alternativas para conflitos de uso dos recursos e da ocupação do território, subsidiando a tomada de decisão no processo de licenciamento ambiental, a elaboração de políticas territoriais e orientando a adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do País. Um exemplo disto é a necessidade, imposta pela lei nº 12.651/12, de elaboração de ZEE da zona costeira, no prazo de um ano, para a ampliação da ocupação em apicuns e salgados. A mesma lei expressa também o dever dos estados elaborarem seus ZEEs no prazo de cinco anos.

Valendo-se de uma abordagem do desenvolvimento que busca garantir a conservação e recuperação da capacidade dos ecossistemas produzirem os bens e serviços ambientais essenciais, o ZEE contribui para a retomada do próprio planejamento geral do País, com a vantagem de trazer consigo um instrumental que permite o conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades dos ecossistemas das diferentes regiões, podendo assim agregar sustentabilidade e competitividade aos processos de desenvolvimento socioeconômico. Além de

contribuir com a simplificação do processo do licenciamento, a existência de um zoneamento constitui-se em mais um elemento de apoio, subsidiando a análise da situação e a tomada de decisão. Ainda, vale destacar a importância da integração do zoneamento (em suas diferentes etapas de elaboração) com outros instrumentos e mecanismos de gestão, como os planos de gestão de recursos hídricos, os planos diretores municipais e os planos de gestão integrada da orla.

Entretanto, os projetos de ZEE desenvolvidos atualmente não preveem o estudo do território como um todo, considerando a interdependência e relação dos processos sociais e ambientais nas porções continental, costeira e marítima.

No caso específico da zona costeira, onde reside, atualmente, cerca de um quarto da população brasileira, particularmente os estuários e a orla constituem áreas sujeitas a vetores de desenvolvimento em franco processo de expansão, destacando-se o turismo, a aquicultura, a implantação de parques eólicos, as grandes estruturas industriais, portuárias e logísticas, ligadas, sobretudo, à exploração petrolífera *offshore*, com os efeitos multiplicadores das novas descobertas petrolíferas do pré-sal. Tais atividades, no entanto, têm contribuído para acelerar a expansão urbana irregular, com todos os problemas dela decorrentes, como o lançamento de esgotos, efluentes industriais e resíduos sólidos e a ocupação de áreas públicas e de preservação permanente, em um ambiente marcado por um complexo mosaico de ecossistemas, uma enorme biodiversidade e diversos sistemas de paisagens.

Para fazer frente a essa situação, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) – instituído pela lei federal nº 7.661, de 16 de maio de 1988, e regulamentado pelo decreto federal nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004 – tem no zoneamento ecológico-econômico um dos principais instrumentos para a gestão da zona costeira nacional¹. Segundo o referido decreto, cabe ao ZEE orientar o processo de ordenamento territorial da costa, garantindo as condições para o desenvolvimento sustentável dessa porção do território mediante o apoio às ações de monitoramento, licenciamento ambiental e elaboração de instrumentos econômicos para a gestão ambiental, dentre outras.

A zona costeira pode ser definida como um ambiente de transição entre o continente e o mar, sofrendo influência direta e indireta dos processos ocorridos nestes ambientes. Da mesma forma, qualquer atividade desenvolvida no ambiente marinho tem reflexo direto na ocupação dos espaços costeiros e continentais, devido à necessidade de estruturas físicas e recursos humanos para o funcionamento efetivo das cadeias produtivas relacionadas. No mesmo sentido, a ocupação e uso do solo no continente gera impactos ambientais significativos que podem atingir

1

Os demais instrumentos previstos no PNGC para a gestão da zona costeira são os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Gerenciamento Costeiro, o Plano de Ação Federal da Zona Costeira, o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro, o Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira, o Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira e o Macrodiagnóstico da Zona Costeira, para os quais o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro constitui subsídio fundamental.

as zonas costeiras e marinhas por meio das bacias de drenagem, atmosfera, redes de transporte, dentre outros. Portanto, é de fundamental importância a construção de uma metodologia unificada que oriente a elaboração e implementação de ZEEs considerando todas as inter-relações entre as diferentes porções do território.

Para auxiliar a construção desta nova metodologia está em curso, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, um projeto de avaliação quali-quantitativa dos ZEEs costeiros realizados no Brasil. A proposta é avaliar o processo e método de elaboração e implementação destes projetos, que foram realizados individualmente pelos estados utilizando metodologias distintas, para compreender os pontos positivos e as dificuldades encontradas em cada iniciativa.

4.1.3 Mudanças Climáticas - Mapeamento de vulnerabilidades

Em relação às mudanças climáticas, as regiões costeiras estão entre as principais áreas afetadas, pela sua vulnerabilidade natural e pela grande concentração de população e de infraestrutura. O muito provável aumento no nível do mar constitui umas das principais preocupações dos cientistas envolvidos na avaliação dos possíveis impactos das mudanças climáticas no plano global e estudos mais recentes indicam que, até 2100, o aumento do nível do mar pode atingir 1,2 metros.

A Convenção sobre Mudança do Clima estabelece a necessidade da adoção de medidas de adaptação, que consistem em ações para aumentar a resiliência de sistemas – naturais ou não – frente aos impactos advindos das mudanças do clima. Para a proposição e implementação de medidas de adaptação é fundamental o conhecimento da vulnerabilidade dos sistemas físicos, ecológicos e sociais sobre os quais os impactos poderão incidir.

Contudo, estudos sobre adaptação das zonas costeiras brasileiras às mudanças climáticas não são numerosos. Uma das publicações disponíveis é o Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha, previsto no PNGC e com a última versão publicada em 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente. Este é um dos poucos trabalhos de investigação neste sentido, porém apresenta uma visão macro do problema, permanecendo a lacuna de estudos específicos, localizados, da vulnerabilidade da costa brasileira.

Visando o suprimento desta lacuna, a Gerência Costeira trabalhou em conjunto com o Fundo Clima e no Edital de 2011 foi lançada uma linha específica para apoiar projetos para mapeamento de vulnerabilidade da zona costeira em escala local ou regional, tendo sido contemplados 5 projetos, no valor total de R\$3 milhões. As instituições executoras e respectivas áreas de atuação são: UFPE - Recife/PE; USP - São Sebastião, Ubatuba e Santos/SP; UFSC - Florianópolis, São José, Biguaçu e Governador Celso Ramos/SC; FURG - 2 projetos em Rio Grande/RS.

Os projetos estão em desenvolvimento mas entende-se que é necessário avançar no acompanhamento dos resultados e principalmente das metodologias empregadas para mapeamento das vulnerabilidades, de modo a que se possa perseguir resultados mais facilmente comparáveis.

4.1.4 Projeto Orla

O Projeto Orla é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo MMA e MP/SPU, que busca compatibilizar as Políticas ambiental, urbana e do patrimônio da União na gestão integrada da orla. O desenho institucional do Projeto Orla está orientado para o compartilhamento de ações de planejamento e gestão na esfera do município, articulado com a esfera estadual, por meio dos Órgãos de Meio Ambiente – OEMA e as Superintendências do Patrimônio da União nos estados. Nos encontros nacionais realizados em 2004, 2008 foram discutidas questões relacionadas a avaliação da implantação do Projeto Orla, na construção de diretrizes, metas, ajustes para seu fortalecimento,

Em que pese os avanços obtidos no fortalecimento institucional e metodológico do Projeto Orla, um passo importante para completar o ciclo de gestão dessa política pública vem a ser a implantação das ações dos Planos de Gestão Integrada da Orla. Este desafio se remete ao próprio pacto federativo no que diz respeito à cooperação das três esferas envolvidas, ou seja, a responsabilidade compartilhada.

Neste sentido a estratégia de ação, no período de 2010-2012, de fortalecimento das demandas do projeto orla levantadas nos seminários, foi focada nas seguintes ações: realização do III Seminário do Projeto Orla, fortalecimento Institucional, participação nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI) e sua análise pela Coordenação Nacional e integração do PGI com outros instrumentos de planejamento.

Fortalecimento Institucional

Entre as ações de fortalecimento institucional, a Coordenação Nacional do Projeto Orla vem desenvolvendo capacitações em duas linhas de ações: 1) Capacitação da Comissão Técnica Estadual (CTE), 2) Formação de instrutores do Projeto Orla e 3) Curso a distância - Sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais envolvidos na orla.

1) Capacitação da Comissão Técnica Estadual (CTE):

A efetividade do Projeto é alicerçada principalmente na capacidade de articulação dos

diferentes atores e instituições envolvidas. Nesse sentido, ressalta-se o importante papel da Coordenação Estadual (OEMA e SPU), que tem como fórum de articulação e apoio a Comissão Técnica Estadual (CTE). A CTE constitui-se em um grupo que articula e contribui na harmonização de políticas estaduais atuantes na orla.

Neste sentido, entre 2010 e 2012 foi dada continuidade ao processo de capacitação das CTEs nos mais diferentes formatos (reuniões presenciais, por videoconferência, em reuniões dentro de outros eventos, entre outros). Desta forma, para que se possa avançar no processo de implementação do Projeto Orla se faz necessário apoiar as Coordenações Estaduais (compostas pela SPU e o Órgão Estadual de Meio Ambiente) na estruturação e capacitação contínua das CTEs, para que atuem de forma mais efetiva na definição de uma agenda de trabalho, que considere o levantamento das informações que irão subsidiar a oficina de capacitação, a identificação dos principais conflitos que serão tratados, a estratégia de mobilização/sensibilização dos atores a serem envolvidos (governamentais e da sociedade civil) e toda logística pertinente, entre outros assuntos. O estabelecimento da capacitação contínua da CTE é fundamental para identificação das dificuldades e potencialidades que são encontradas ao longo do processo de elaboração do Plano de Gestão, e que deverão nortear as ações das Coordenações Estaduais, da CTE e dos responsável pela mediação das oficinas.

2) Formação de Instrutores do Projeto Orla:

É fundamental incentivar os municípios costeiros a realizarem seus planos de gestão. A efetividade do Projeto Orla é alicerçada, principalmente, na capacidade de articulação dos diferentes atores e instituições envolvidas e na formação de instrutores. Nesse sentido, ressalta-se a importância da formação e capacitação de instrutores para ministrar as oficinas do Projeto Orla que objetiva elaborar os Planos de Gestão Integrada (PGI) nos municípios costeiros.

A disponibilidade de instrutores, de diferentes regiões da zona costeira capacitados e habilitados, é uma demanda recorrente identificada nos 3 Seminários do Projeto Orla, realizados em âmbito nacional, onde se reconhece sua importância na elaboração dos PGIs. Em 2007 foram capacitados 35, em função da forte demanda por instrutores capacitados para atuarem em todo o litoral brasileiro. Em 2012 foram realizados 3 cursos regionais de formação de instrutores do Projeto Orla: Curso 1 realizado no Rio de Janeiro abrangendo os estados das regiões Sul/Sudeste (RS, SC, PR, SP, RJ e ES) contou com o apoio do Instituto Estadual de Meio Ambiente/INEA e SPU/RJ; Curso 2 realizado em Recife abrangendo os estados das regiões Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN) e contou com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade/SEMAS e o Curso 3 realizado em Fortaleza abrangendo os estados das regiões Norte/Nordeste (PI, MA, CE, PA, AP) e foi apoiado pelo Conselho de Políticas e Gestão de Meio Ambiente/CONPAM. O curso promoveu a capacitação de 150 instrutores quanto a metodologia a ser utilizada nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla.

A Coordenação Nacional do Projeto Orla busca garantir a presença de instrutores qualificados distribuídos em regiões distintas ao longo da costa brasileira, para elaboração dos Planos de Gestão Integrada. O investimento, nessa formação, representa um grande avanço da administração pública uma vez que permitirá a qualificação de técnicos para realizar o diagnóstico da área, a mediação de conflitos e sua negociação setorial, bem como assessorar na elaboração e implementação do plano de gestão da orla brasileira. Sendo assim, a qualificação dos instrutores melhorará os serviços prestados em tempo real o que possibilitará uma economicidade e otimização dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis nas três esferas de governo.

3) Curso a distância - Sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais envolvidos na orla:

Uma das demandas permanentes do Projeto Orla é a necessidade da sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais que atuam na orla. Como o número de atores é muito alto a estratégia de desenvolver um curso a distância atende as necessidades de capacitação. Neste sentido, a coordenação Nacional do Projeto Orla vem desenvolvendo a proposta junto a Universidade de Rio Grande e a previsão é que o curso aconteça no primeiro semestre de 2013. Pretende-se capacitar aproximadamente 500 técnicos dos diferentes setores e esferas de governo.

III Seminário Nacional do Projeto Orla: Alinhamento e Apoio institucional para execução do Plano de Gestão Integrada (2010)

O III Seminário do Projeto Orla abordou os seguintes eixos estruturantes: fomento e apoio à execução das ações previstas nos Plano de Gestão Integradas, monitoramento, informação & comunicação, fortalecimento do arranjo institucional do Projeto Orla e rede de multiplicadores: formação de apoio a execução do Plano de Gestão Integrada. No seminário constatou-se que para a elaboração e implementação do Projeto Orla ainda são necessárias ações muito importantes nos três níveis de atuação do Projeto. Constata-se que as discussões ressaltaram temas importantes para o seu fortalecimento.

O primeiro foi a necessidade de articulação com as diferentes instâncias. A articulação com agendas importantes do Ministério das Cidades, Conselho das Cidades, Conselho Nacional do Meio Ambiente, PAC, IPHAN, CT-Cost, bem como outros Programas, Projetos, cujas ações refletem na orla.

O segundo é garantir a centralidade da Comissão Técnica Estadual (CTE) na elaboração e implementação do Projeto Orla, objetivando o seu fortalecimento para aqueles projetos que já estão em andamento, bem como mobilizar os Estados para realizar novas

adesões.

O terceiro diz respeito ao papel dos instrutores que é fundamental. No entanto não deve cair sobre eles a responsabilidade de agilização do Projeto Orla. A CTE é que deve fortalecer o seu papel, conforme previsto nos conjuntos de manuais do Projeto, propiciando as condições técnicas e institucionais para melhor atuação desses instrutores.

A estratégia de comunicação e divulgação é um outro ponto importante. Durante o evento ficou claro que o Projeto Orla possui capital institucional amadurecido para ganhar dimensão nacional e precisa ser internalizado pelos gestores e sociedade civil.

E finalmente o Projeto Orla precisa ser elevado dentro da Política Nacional do Meio Ambiente e Secretaria do Patrimônio da União devendo atuar transversalmente dentro das instituições. O desafio é pactuar politicamente as ações e responsabilidades entre as esferas de governo, qualificando o processo de tomada de decisão.

Participação nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI)

No ano de 2010 foram realizadas oficinas de sensibilização sobre o Projeto Orla, junto aos municípios costeiros que geraram demandas para a realização das oficinas para elaboração dos Planos de Gestão Integrada no período de 2011 e 2012. Nesse período foram realizadas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada nos municípios de Campos dos Goytacazes e Niterói (RJ), Barra de São Miguel (AL), Itajaí, Porto Belo e Bombinhas (SC), Guarujá (SP), Paulista (PE), Aracruz e Fundão (ES) e realizadas audiências públicas nos municípios de Entre Rios (BA) e Paripueira (AL), para aprovação dos PGIs.

A participação da Coordenação Nacional nas oficinas bem como na análise do PGI demonstrou que fortalece o processo uma vez que os órgãos se sentem acolhidos e orientados pela União para dar seguimento às ações relacionadas a implementação do PGI.

4.1.5 Relatório de Qualidade do Meio Ambiente

O Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira, previsto no Decreto 5.300/2004, foi elaborado como um dos capítulos do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA), previsto na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938/81.

O RQMA Brasil 2011, elaborado sob responsabilidade da Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama, contou com a colaboração das Secretarias e vinculadas do MMA, além de outros órgãos. O relatório foi estruturado em 11 capítulos, sendo um deles o de Ambiente Costeiro e Marinho, este sob responsabilidade conjunta do Ibama e da Gerência Costeira do MMA. O propósito do RQMA Brasil 2011, além de atender à PNMA é inaugurar um processo de estabelecimento de indicadores para monitoramento e avaliação da qualidade socioambiental,

objetivos que convergem com o estabelecido no Decreto 5.300/2004.

O relatório está concluído e em processo de revisão final no Ministério do Meio Ambiente, para ser disponibilizado.

4.1.6 Integração de Instrumentos de Planejamento local

Integração do PGI com outros instrumentos de planejamento

A integração dos instrumentos de gestão é uma demanda que vem aparecendo nos diferentes fóruns de discussão sobre o tema. Os municípios, no momento da elaboração de seus instrumentos de gestão encontram dificuldades para considerar os planos, políticas e programas de planejamento. Neste sentido o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA/SEDR), da Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano (MMA/SRHU) e da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania (MMA/SAIC); o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União (MP/SPU); e o Ministério das Cidades por intermédio da Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (M. Cidades/SNPU), construíram um Protocolo de Intenções com vistas ao estabelecimento de colaboração mútua para integrar efetiva e metodologicamente instrumentos de planejamento territorial, urbano, patrimonial e ambiental, tais como, o Plano Diretor Participativo, o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Projeto Orla e a Agenda 21.

O documento foi elaborado após a realização de 4 oficinas sobre as temáticas acima citadas que culminaram no Protocolo de Intenções, cuja minuta encontra-se em fase de análise pelos ministérios.

Integração com o Ministério do Turismo

Em fevereiro de 2010 foi realizado um oficina técnica de trabalho entre MMA, SPU, e Ministério de Turismo (M.Tur) objetivando estreitar relações referentes às ações para desenvolvimento do Segmento de Sol e Praia e Náutico junto ao Ministério do Meio Ambiente e Secretaria do Patrimônio da União (Ministério do Planejamento) e desenvolver uma estratégia conjunta de ação no âmbito do Projeto Orla.

Entre os diversos encaminhamentos pactuados na oficina supracitada destacam-se:

1. Cruzamento de territórios e grupos gestores nas esferas nacional/estadual/municipal do Projeto Orla e Programa de Regionalização – 65 Destinos Indutores
2. Repasse de Calendário de Ações nos municípios para melhor acompanhamento e otimização de recurso de ambos os órgãos.
3. Reativação e formalização do Comitê de Articulação do Projeto Orla (de acordo com o PAF)

4. Fortalecer o Projeto Orla nos 65 Destinos Turísticos (os costeiros) – verificar se os municípios já participam do Projeto Orla, revisando os PGIs ou introduzindo a questão para os mesmos.
5. Inserir Palestra/Apresentação do Projeto Orla em reunião dos Interlocutores dos 65 Destinos Turísticos.
6. Inserir a(s) questão(ões) do turismo nos seminários do Projeto Orla, assim como nas Oficinas de Multiplicação do mesmo.

Nos últimos dois anos, a agenda com o Ministério de Turismo não foi aprofundada, devido ao enfrentamento de problemas internos de cada instituição. No entanto o M. Tur é membro do GI-GERCO e vem acompanhando a agenda do Gerenciamento Costeiro bem como participando das oficinas do Projeto Orla. Por outro lado o MMA participou ativamente das reuniões do Grupo de Trabalho do Turismo Náutico no âmbito do Ministério do Turismo (Portaria n. 54/2009) formado pelos representantes dos investidores do setor e instituições governamentais (como Mtur, SEP, SPU, Receita Federal, Antaq, MMA, entre outros), com vistas ao aperfeiçoamento de políticas que viabilizem uma gestão eficiente do Turismo Náutico brasileiro.

4.1.7 Agenda Ambiental Portuária

A demanda oriunda do ACÓRDÃO Nº 2354/2009 – TCU – Plenário, consubstanciada na Recomendação 9.2 de “recomendar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e ao Ministério do Meio Ambiente – MMA que insiram a atividade portuária nas discussões sobre os impactos das mudanças climáticas, considerando a contribuição dessa atividade para o aumento da pressão sobre o ambiente costeiro e aquático, ao mesmo tempo em que pode ser afetada pelos efeitos da mudança do clima”, desencadeou no âmbito da Gerência Costeira e do Gi-Gerco debates a respeito da necessidade de revisão da Agenda Ambiental Portuária.

Para tanto, na 39ª Sessão do Gi-Gerco, em abril de 2011, foi proposto desenhar um plano de ação a partir dos resultados da Oficina sobre a Agenda Ambiental Portuária, realizada em Abr/2009, em Santos-SP. A ideia era a de que, a partir dos encaminhamentos feitos na Oficina de Santos, se pudesse avançar na ação, incorporando agora as recomendações relacionadas às mudanças climáticas, o que resultaria em uma atualização da Agenda Ambiental Portuária.

A Agenda em vigor foi aprovada por meio da resolução CIRM 006/98 e posteriormente, na revisão do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil (PAF-ZC) aprovado pela resolução CIRM 007/2005, a Agenda foi incorporada como um dos programas da Linha de Ação 3 - Controle e Monitoramento. De lá para cá têm havido mudanças na gestão portuária no Brasil, em especial com a criação da Secretaria Especial de Portos - SEP, ligada à Presidência da República, o que corrobora a necessidade de revisão e atualização da Agenda.

No período, a Antaq e a SEP avançaram nos entendimentos comuns e têm buscado uma primeira versão da Agenda que reflita a realidade das atribuições e responsabilidades específicas. A partir desta versão pactuada entre os dois órgãos poderá ser acionado o Comitê de Articulação da Linha 3 do PAF, que envolve as demais instituições com agenda em comum.

4.2 Outras ações estruturantes

4.2.1 Lixo Marinho

Apesar de décadas de esforços para prevenir e reduzir o lixo marinho há evidências de que o problema é persistente e continua a crescer. Estudos apontam que bilhões de toneladas de lixo são jogados nos oceanos todos os anos. Esses resíduos possuem grande capacidade de dispersão por ondas, correntes e ventos, podendo ser encontrados no meio dos oceanos e em áreas remotas. O problema, contudo, se torna mais aparente nas zonas costeiras, onde as atividades humanas estão concentradas, já que o Brasil possui mais de 8.500 km de costa, 395 municípios distribuídos em 17 estados costeiros e aproximadamente 25% da população residente na zona costeira.

A importância do tema e o reconhecimento da sociedade veio à tona durante a RIO+20, onde o Lixo Marinho foi o tema mais votado na Plataforma Virtual de Oceanos nos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, com 60 mil votos. A conferência também ratificou a complexidade do problema, internacionalmente reconhecida, através do trecho Oceanos e Mares, item 163, do documento final da conferência “O futuro que queremos”. Neste, foi reforçada a preocupação com a poluição marinha, principalmente por plásticos, poluentes orgânicos persistentes, metais pesados e nitrogênio, bem como ratificado o compromisso de agir para reduzir a incidência e impacto destes poluentes no ecossistema marinho.

Como desdobramento das demandas e posicionamentos apontados na Rio +20, a Gerência Costeira vem aos poucos internalizando e disseminando a problemática. O principal reflexo está ocorrendo no processo de mobilização e engajamento para a IV Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), a ser realizada em outubro de 2013, cujo tema central é Resíduos Sólidos, tema que ganhou relevância após a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305 de 02/08/2010. A Conferência será organizada em três eixos: I) Geração de Emprego e Renda, II) Redução de Impactos Ambientais e III) Produção e Consumo Sustentável e a temática do lixo marinho será abordada dentro do eixo II, uma vez que a maior parte dos resíduos encontrados no mar provém de fontes terrestres. Neste sentido, espera-se com a conferência que a sociedade se aproprie dos instrumentos contidos na lei e veja nos resíduos uma oportunidade de desenvolvimento econômico, ambiental e social, além de disseminar informações técnico-científicas e políticas relativas ao tema. A conexão da conferência com a questão do lixo

marinho se dá essencialmente em reduzir os impactos das fontes baseadas em terra, considerando que todos os tipos de resíduos, de acordo com sua classificação por origem na PNRS, podem tornar-se lixo marinho. Os resíduos gerados no mar ainda não serão o foco neste momento.

Em paralelo, apoiamos a proposta de projeto da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para elaboração de um marco zero sobre as informações existentes no país sobre lixo marinho; o projeto denominado "*Atlas do Lixo Marinho no Brasil: Marco Zero – Levantamento e mapeamento preliminar das referências para gestão integrada*" produzirá um atlas georeferenciado com as informações disponíveis e poderá estar concluído até a IV CNMA.

O lixo marinho é um crescente problema no país que vem sendo pesquisado e discutido em algumas esferas, entretanto ainda pouco disseminado na maior parte de população. Apesar dos avanços da PNRS, que trabalha a perspectiva dos resíduos provenientes de fontes terrestres, o país ainda não possui políticas públicas no âmbito federal direcionadas especificamente para a questão do lixo marinho. Neste sentido, a IV CNMA configura-se como uma oportunidade para aumentar a visibilidade do tema e sua conexão com questão de resíduos sólidos inserida na agenda pública, iniciando um caminho a ser trilhado para inserção e mobilização em torno do assunto.

A Gerência acompanha também o "Programa de Ação Global para a Proteção do Meio Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra (GPA)", com o qual o Brasil está envolvido desde 1995, quando foi adotado pela comunidade internacional. O programa está orientado a facilitar o cumprimento das obrigações dos Estados para preservar e proteger o ambiente marinho e foi desenhado para apoiar os Estados a tomar ações. É a única iniciativa global que foca diretamente a conectividade entre os ambientes terrestres, costeiros e marinhos. São cinco os objetivos principais do GPA: 1) identificar a origem e os impactos das fontes de poluição marinha desde a superfície terrestre; 2) identificar problemas prioritários para realizar ações; 3) estabelecer objetivos gerenciais para os problemas prioritários; 4) Identificar, avaliar e selecionar estratégias e medidas para atingir os objetivos; e 5) avaliar os impactos destas estratégias.

4.2.2 Integração da Agenda Costeira no âmbito da CIRM

No período, a Gerência Costeira envidou esforços para promover o fortalecimento do Gi-Gerco e uma maior aproximação com a CIRM, aumentando a visibilidade para os assuntos costeiros.

Em relação ao Gi-Gerco, a partir de 2012 adotou-se a prática de realizar reuniões prévias, contando com a presença dos representantes de coletivos, como Academia, Estados,

Municípios, Sociedade Civil, etc. Tal prática tem surtido o efeito de estimular que os representantes aportem sugestões de pauta para o colegiado, que desta forma passa a debater questões mais presentes ao dia a dia da gestão costeira.

Como exemplos pode-se citar o desafio para a concessão de licenças para a instalação de portos, apresentada pelo Espírito Santo e a demanda para sinalização de UCs marinhas e costeiras apresentada pelo Ministério Público Federal. Ambas foram debatidas na 44ª Sessão do Gi-Gerco, resultando na instalação de um GT para a questão dos portos.

Em relação à CIRM e seus colegiados, em 2011, a Gerência Costeira teve participação na elaboração do VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), que inovou em relação às versões anteriores por introduzir um modelo de gestão participativa, um compromisso mais explícito com a disponibilização de dados e informações para a sociedade, além de um olhar mais apurado para os recursos presentes na zona costeira.

A partir do VIII PSRM, a Gerência Costeira passou a compor alguns de seus subcomitês, como o Programa de Mentalidade Marítima (Promar), o Programa Goos Brasil e o Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-Mar), oportunidades para identificar e detalhar questões relacionadas à gestão costeira, no que cabe em cada um destes colegiados. Na última reunião do PPG-Mar por exemplo, o SMCBrasil foi apresentado e debatido contribuindo para a disseminação e coleta de contribuições.

Foi possível também para a Gerência Costeira estar presente em algumas das reuniões da CIRM neste período, apresentando para este colegiado o relato da reunião anterior do Gi-Gerco. Esta participação permite um relato mais fidedigno do debate ocorrido e também uma melhor captação de contribuições advindas dos membros da CIRM.

A CIRM edita o InfoCIRM, com três edições anuais, que a partir de 2011 passou a contar com uma sessão fixa para o Gi-Gerco e assuntos costeiros.

Outra ação institucional relevante foi a criação no PPA 2012-2015 do Programa Mar, Zona Costeira e Antártica, resultado de ação coordenada entre os Ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. A primeira proposta do PPA 12-15 apresentada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não contemplava o tema mar, lacuna que foi apresentada em reunião da CIRM, desencadeando em Avisos Ministeriais ressaltando a necessidade de inserção do tema. O esforço foi bem sucedido e o programa aprovado, reunindo Objetivos e Metas dos Ministérios citados, permitindo maior sinergia entre as ações.

4.2.3 Seminário na Câmara dos Deputados – Gerenciamento Costeiro na Região Norte

O seminário “Gerenciamento Costeiro na Região Norte: Sociedade e poder público

dialogando sobre a sustentabilidade ambiental na zona costeira e marinha”, realizado na Câmara dos Deputados, no dia 5 de junho de 2012, foi promovido pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CAINDR) da Câmara dos Deputados, com apoio da Gerência Costeira do MMA. O objetivo do evento foi promover um debate sobre a problemática da zona costeira brasileira, mediante uma visão crítica do marco legal existente, e uma reflexão sobre os principais vetores de pressão e conflitos pelo compartilhamento de recursos da zona costeira.

Os debates apontaram ameaças, desafios e oportunidades na implantação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, tendo como principais recomendações a valorização da participação dos municípios no Projeto Orla, o fomento das ações dos Planos de Gestão Integrada e a dinamização do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco), para que articule e propicie sinergia entre as diversas políticas incidentes na zona costeira.

Foram tratados os seguintes temas no evento:

- Geopolítica da Zona Costeira”- Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Gerenciamento Costeiro na Região Norte: Sustentabilidade Ambiental na Zona Costeira e Marinha” - Ministério do Meio Ambiente;
- Ações de gestão costeira - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente;
- Gestão da zona costeira e os terrenos de Marinha - Secretaria do Patrimônio da União
- Participação social no gerenciamento costeiro - Comitês de Bacias - Prefeitura de Curuçá/PA

4.2.4 Rio+20

A questão de oceanos, mares e áreas costeiras foi bastante explorada durante a Rio+20, com diversos eventos na programação principal e paralela, além de importantes deliberações no documento final da conferência.

Nele os países reconhecem que os oceanos, mares e áreas costeiras formam um componente integrado e essencial do ecossistema terrestre e são críticos para a sustentabilidade deste, e se comprometem a adotar uma abordagem ecossistêmica e cautelosa no gerenciamento destes ambientes. A Rio+20 iniciou um processo negociador para adoção de instrumento internacional, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, para tratar da conservação e uso da biodiversidade marinha em áreas além das jurisdições nacionais, a ser estabelecido até o final da 69ª Reunião da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Os governantes reconhecem a ameaça causada pelo aumento do nível do mar e da erosão costeira em muitas regiões, e ainda a ameaça para a saúde dos oceanos provocada pela poluição marinha, incluindo detritos, especialmente plástico e outros poluentes. Os países se comprometem, ainda, com a implementação das convenções estabelecidas no âmbito da Organização Marítima Internacional, bem como do GPA (*Global Programme of Action on the Protection of the Marine Environment from*

Land-based Activities), o qual demanda a redução drástica da poluição de origem terrestre que ameaça os ambientes costeiros e marinhos, até 2025.

Side Event “Contribuições dos Oceanos para a Economia e Governança Global pós Rio+20”

A Gerência Costeira participou de alguns eventos, em especial na organização de evento paralelo na Rio+20, intitulado “Contribuições dos Oceanos para a Economia e Governança Global pós Rio+20”, que aconteceu no Parque dos Atletas – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro. O evento, realizado no dia 15 de Junho de 2012, teve cerca de 70 participantes, contou com quatro palestras e proporcionou um intenso debate abordando temas relacionados com o ambiente costeiro e marinho.

Os temas das palestras foram: “O aporte oferecido pelos oceanos na elaboração de novos indicadores para medição de bem estar e progresso”, proferida pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Alexander Turra; “Aproveitamento da biodiversidade marinha como fonte de riqueza e combate à pobreza”, pelo professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Angel Perez; “Balanço de carbono e acidificação dos oceanos”, pela professora da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Rosane Ito e “Gestão da zona costeira e os desafios das mudanças climáticas”, pela pesquisadora da COPPE / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carolina Dubeux.

As exposições e o debate contribuíram para o nivelamento do estado da arte, nacional e internacional, em torno de temas relacionados com ambiente costeiro e marinho. Sobre os diversos assuntos abordados, chegou-se a várias conclusões e pontos importantes a serem analisados, dentre eles, a necessidade de se compreender os processos oceânicos para entender as possibilidades de futuro; a necessidade de aproximar academia, gestores e sociedade civil para a gestão, estabelecendo um sistema de compartilhamento de responsabilidades; e como as novas possibilidades geradas com a bioprospecção devem gerar produtos que sejam revertidos em renda para as comunidades que já os utilizam em suas práticas tradicionais.

A inserção deste evento no Rio+20 foi importante para evidenciar problemas atuais do ambiente marinho a diversos órgãos governamentais. Encontros como esses facilitam estratégias de governança dos recursos do mar e abrem um diálogo direto e necessário entre a academia e o governo. O evento foi fruto da organização conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Defesa – Comando da Marinha – Se-Cirm, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Pesca e Aquicultura e contou com o apoio da Unesco.

Oceans Day

Em 16 de junho ocorreu o Oceans Day, evento promovido pelo Global Ocean Forum e que ocorre em paralelo às reuniões das convenções da ONU (Clima, Biodiversidade). Trata-se de

evento de grande porte sobre oceanos, que reuniu quase 400 participantes de 37 países, contando na Mesa de Abertura com representantes do GEF, UNDP, COI-Unesco, CDB e MMA .

O evento produziu recomendações para o segmento de alto nível, reforçando a necessidade da abordagem ecossistêmica para o gerenciamento integrado oceano-costas, e integração entre oceanos e clima. Da parte do MMA apoiamos a participação de membros do Fórum do Mar – Brasil na Rio+20 e identificamos este fórum como um importante canal para o Brasil se conectar com a comunidade internacional afeta aos temas costeiros e oceânicos.

Nutrientes e Lixo Marinho

O GPA, Programa de Ação Global para Proteção do Ambiente Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra, programa do PNUMA do qual somos ponto focal no Brasil, realizou em 17 e 18 de junho os debates “The Global Nutrient Challenge” e “Marine Litter”.

Como desdobramentos no tema Nutrientes, há forte conexão com assuntos de responsabilidade da SEDR e do MMA, como transição agroecológica e Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, além do tema saneamento; entende-se que todas as ações que enderecem a redução e a maior eficiência no uso de nutrientes estão contribuindo com os objetivos do GPA, devendo ser relatadas e conectadas.

Já o tema Lixo Marinho, que sai da Rio+20 bastante fortalecido, vem sendo gradualmente incorporado na agenda de iniciativas da gerência, como citado anteriormente.

Documento Final

O Documento final possui um capítulo Oceanos e Mares com 20 parágrafos, que no que tange mais diretamente ao gerenciamento costeiro (1) propõe redução do lixo marinho pra prevenir danos aos ambientes costeiros; (2) reconhece as ameaças pelo aumento do nível do mar e erosão costeira; (3) apoia iniciativas para enfrentar ameaças de mudanças climáticas nos ecossistemas costeiros, como o problema da acidificação dos oceanos; (4) assume compromissos em relação a pescadores artesanais; (5) reconhece as significativas contribuições, assim como a vulnerabilidade, dos ambientes de corais e manguezais e apoia a cooperação internacional para proteção destes ambientes; e, (6) reafirma os compromissos da CDB de criação de áreas marinhas protegidas.

5 Colegiados

O Gerenciamento Costeiro é subsidiado pelos seguintes colegiados:

GI-GERCO

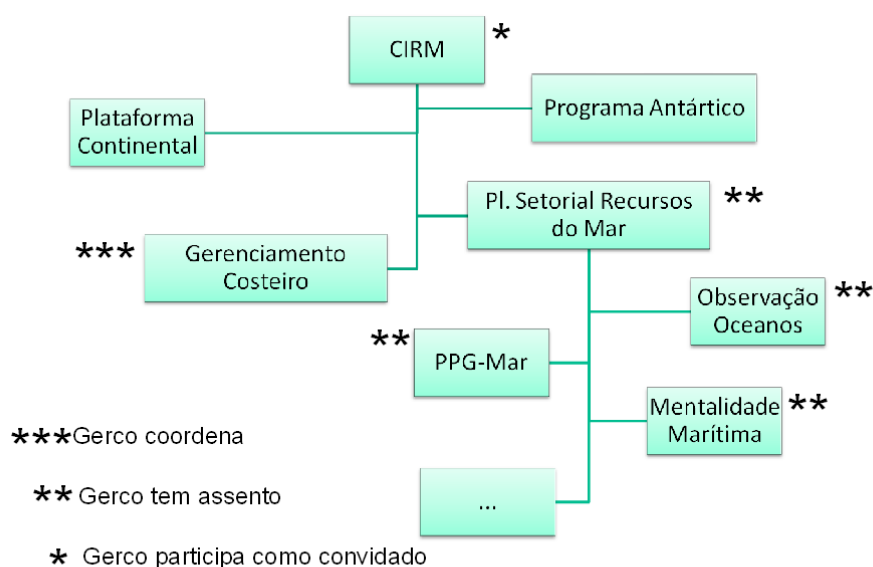
O Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - Gi-Gerco, criado pela Portaria do Ministério da Marinha nº 0440, de 20 de dezembro de 1996, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, tem como objetivo promover a articulação das ações federais incidentes na zona costeira, a partir do Plano de Ação Federal - PAF-ZC, com vistas a apoiar a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC.

São realizadas 3 reuniões ordinárias anuais.

GAI-GERCO

O Grupo de Articulação e Integração do Gerenciamento Costeiro do Ministério do Meio Ambiente - GAI-Gerco, criado pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 100, de 7 de abril de 2010, com o objetivo de promover a necessária articulação de ações das distintas unidades do Ministério, em assuntos relacionados com o gerenciamento ambiental das áreas costeiras

Colegiados da CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar



Participação da Gerência em Outros Colegiados:

Nacionais

CNZU - Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CT Manguezal)
CT COST - Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira

Internacionais

GPA - Global Programme of Action for the Protection of the Marine Environment from Land-based Activities
Global Ocean Forum
IMO – International Maritime Organization

6 Eventos Promovidos pela Gerência Costeira

Eventos 2010 III Workshop GERCO

O III Workshop “Diretrizes Técnicas, Políticas e Institucionais para o Gerenciamento Costeiro” teve como objetivo de definir uma agenda comum de projetos e ações prioritárias para as Coordenações Nacional e Estaduais do Gerenciamento Costeiro, bem como dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos no I e II Workshop ocorridos, respectivamente, em 2006 e 2007. Estiveram presentes 14 das 17 Coordenações Estaduais de Gerenciamento Costeiro.

III Seminário Nacional do Projeto Orla

O III Seminário Nacional do Projeto Orla teve como objetivo a construção de uma agenda de diretrizes para fortalecer a cooperação interinstitucional e suas respectivas capacidades de fomentar os Planos de Gestão Integrada. Participaram 170 pessoas dos Estados Costeiros.

Oficina Nacional sobre Metodologia do ZEE Costeiro

A Oficina Nacional sobre Metodologia do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro teve como objetivo reunir e debater propostas para a consolidação de uma metodologia para a elaboração de zoneamento ecológico-econômico costeiro

Eventos 2011

Seminário Internacional Brasil-Espanha SMC

O Seminário Internacional Brasil-Espanha Sistema de Modelagem Costeira: apoio à gestão da costa brasileira, foi realizado com o objetivo de divulgar o projeto SMC-Brasil estabelecido no âmbito da cooperação técnica internacional entre os dois países, a título de se ampliar as parcerias brasileiras e de se construir um arranjo institucional para o fomento, manutenção e difusão da ferramenta em território nacional. O Seminário contou com cerca de 100 participantes de diversas instituições.

Eventos 2012

Curso de Instrutores do Projeto Orla

Foram realizados 3 cursos regionais, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza, que capacitaram 150 instrutores em 17 Estados Costeiros. Este ciclo formou instrutores capazes de atuar na gestão da orla brasileira, orientando e facilitando processos de elaboração dos Planos de Gestão Integrada do Projeto Orla – PGIs.

Rio +20

Como parte da programação da Rio +20, foi realizada a mesa redonda “Contribuições dos Oceanos para a Economia e Governança Global pós Rio+20”, que aconteceu no Parque dos Atletas. O evento contou com cerca de 70 participantes, e foram realizadas quatro palestras que proporcionaram um intenso debate abordando temas relacionados ao ambiente costeiro e marinho.

Missão Técnica Santander - SMC

A missão consistiu em uma visita técnica do governo brasileiro à costa espanhola para conhecer a experiência espanhola na gestão costeira integrada e seus casos exitosos de aplicação da ferramenta SMC, bem como conhecer o estágio atual da customização do SMC-Brasil. Contou com a participação de 35 pessoas, entre representantes de instituições brasileiras e espanholas, sendo estes gestores, técnicos e professores universitários.

I Curso de Formação SMC-Brasil

O primeiro curso de *Formação na Ferramenta SMC-Brasil* teve como objetivo apresentar a base conceitual e a versão beta do SMC-Brasil, para que ao longo do desenvolvimento de estudos de caso se possa identificar erros e validar o modelo. Neste primeiro momento, participaram cerca de 30 pessoas, prioritariamente equipes das universidades que estão atuando nos estudos de caso ou que já possuem iniciativas nos temas trabalhados no Projeto.

7 Recursos / Ações do PPA

No período, a Gerência Costeira do MMA operou com as seguintes ações no PPA:

- PROGRAMA 0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO
 - AÇÃO 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima
- PROGRAMA 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECÔNOMICO
 - AÇÃO 8896 – Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos

Em termos de recursos alocados, considerando valores do Orçamento Geral da União, custo da equipe técnica, recursos de projetos de cooperação e gastos com passagens e diárias para a equipe e para colaboradores, os valores gastos por ano foram da ordem de:

2010	2011	2012
R\$ 550.000,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 500.000,00

8 Equipe / Inserção Institucional

Leila Affonso Swerts – Gerente
Adelias Freires Bastos – Técnico em Políticas Públicas
Cláudia Santos – Técnica em Legislação Ambiental
Flávia Cabral Pereira – Analista Ambiental
Márcia Oliveira – Analista Ambiental

Gerência Costeira
Departamento de Zoneamento Territorial
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Territorial Sustentável
Ministério do Meio Ambiente

9 ANEXO I: Lista de publicações digitalizadas

Número de páginas	Título	Autor I	Ano da Publicação
211	A Zona Costeira Brasileira	Vitor Celso de Carvalho e Hidely Grassi Rizzo	1994
37	Os Impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira	Cláudio A. Gonçalves Egler	1996
85	Planos de Gestão e Programas de Monitoramento Costeiro: Diretrizes de Elaboração	Severino Soares Agra Filho	1995
28	Os Impactos da Política Urbana sobre a Zona Costeira	Antonio Carlos Robert de Moraes	1995
27	Macrozoneamento Costeiro: Aspectos Metodológicos	Maria Gravina Ogata	1996
25	Levantamento e Avaliação das Políticas Federais de Transporte e seu impacto no uso do solo na região costeira	Wanderley Messias Costa	1996
51	Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira	Bertha Koiffmann Becker	1997
67	Roteiro de análise econômica para o PNGC	Comitê Editorial	1998